

## OFENSIVA CAPITALISTA E SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO: uma abordagem em torno da teoria marxista da dependência

Franciclécia de Sousa Barreto Silva<sup>1</sup>

### RESUMO

Este trabalho pretende contribuir modestamente para o debate da dependência histórico-estrutural dos países da periferia do sistema ao grande capital. A inserção dos países latino-americanos, numa economia mundial “globalizada”, a exemplo do Brasil, ganha uma funcionalidade para o desenvolvimento da acumulação capitalista, mediante uma relação de produção e divisão do trabalho centrada em sua própria superexploração da força de trabalho. A partir da análise da condição de dependência pretendemos identificar aspectos da acumulação capitalista que nos levem a entender a “saída” encontrada pelos países periféricos – o recurso à superexploração do trabalho - com fins a estes continuar se reproduzindo internamente.

**Palavras-Chave:** Dependência. Periferia. Superexploração do trabalho.

### ABSTRACT

This paper aims at contributing modestly to the discussion of the peripheral countries historical-structural dependence of the big capital. The insertion of Latin American countries, like Brazil, in a world "globalized" economy wins a functionality for the development of capitalist accumulation, by way of a reproduction and division work relationship centered in its own exploitative workforce. From the analysis of the dependence condition, we intend to identify aspects of capitalist accumulation that lead us to understand the "strategies" found by the peripheral countries - using the overexploitation of labor - with the purposes of continuing to reproduce internally.

**Keywords:** Dependence. Periphery. Overexploitation of work.

---

<sup>1</sup> Estudante de Pós-graduação. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.  
[cleziasb@yahoo.com.br](mailto:cleziasb@yahoo.com.br)

## INTRODUÇÃO

O século XX é caracterizado em seu desenvolvimento histórico pela generalização do sistema produtivo industrial no globo. Foi possível se operar nos meandros deste século, o desenlace da industrialização dos países da América Latina e nos demais países ditos de Terceiro Mundo. Mediante a impulsão do processo de substituição de importações e de incentivo às exportações o Brasil dá início a esse processo. Tratou-se de uma industrialização planejada e de uma falsa ilusão de autonomia frente ao mercado mundial e ao grande capital.

Sabe-se com o decurso da história, que este processo culminou em mais dependência. Que as estratégias internamente traçadas em parceria com o capital estrangeiro não possibilitou uma integração dinâmica com os países centrais, nem tampouco logrou em expansão econômica sólida do mercado interno. Ao contrário, a entrada de empresas multinacionais e de investimentos estrangeiros no Brasil, não somente foram insuficientes como mecanismos de financiamento, como a extinção de liquidez oriundo destes em determinado período jogou nosso país em uma crise profunda na década de 1980.

Nesta mesma década a inserção latino-americana na economia mundial se complexifica, na medida em que o capital recorre a novos meios de valorização em escala planetária. Isto ocorre na medida em que este instaura um novo paradigma produtivo na tentativa de resposta das manifestações de sua crise estrutural, em explosão nos países desenvolvidos a partir de 1970.

Nesse sentido, novos determinantes surgem induzindo às relações comerciais estabelecidas na economia mundial. O aprofundamento da transnacionalização no âmbito desta, a partir da década de 1970, culminou no desenlace de uma série de transformações e conflitos, que segundo Sampaio Jr (2007, 145) “começaram a minar as bases do Estado Nacional”. Descreve o autor:

No campo econômico, o caráter predatório da concorrência e a crescente mobilidade dos capitais comprometeram a capacidade da sociedade nacional preservar o controle sobre os centros internos de decisão e reproduzir os mecanismos de solidariedade orgânica entre as classes sociais. No plano político, a acirrada disputa pelo monopólio das novas tecnologias e pelo controle dos mercados mundiais acirraram perigosamente as rivalidades entre os Estados nacionais, provocando uma encarniçada concorrência pela atração de investimentos produtivos e pela criação de empregos industriais (SAMPAIO JR, 2007, p 145).

A ascensão do capital financeiro atinge um caráter mundializado e os planos de ajustes estruturais que constituem um meio de aquisição de ativos para o capital, pelo intermédio das privatizações, são ponto chave dessa fase, acrescido de processos contínuos de organização do capital. Concretamente, o instrumental do Consenso de Washington<sup>2</sup> e das políticas de liberalização dos mercados teve como lógica, à busca de controle da emissão monetária, aumento da taxa de juros e privatização dos bens e serviços públicos - dentre outras coisas - que ascendeu o neoliberalismo em sua hegemonia.

Convém ressaltar, que a inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho, em tempos de internacionalização do capital, é influenciada pelos movimentos mais gerais deste na contemporaneidade. Ademais nesta fase, “grupos industriais transnacionais comandam a economia, articulam o conjunto das estratégias de acumulação, envolvendo desde os setores produtivos até o mundo da finança e as atividades especulativas” (GUERRA, SILVA, AGUIAR, 2010).

Problematizando o tema Sampaio Júnior (2009, p. 85) tem afirmado veementemente, que na falta de alternativa, a valorização do capital depende cada vez mais da integração da economia latino-americana à economia mundial. Isso implica, segundo o autor, a “[...] abertura de novos negócios pela sistemática ampliação de formas predatórias e parasitárias de acumulação de riqueza”. Bases que tem induzido os países dependentes a superexploração da força de trabalho, uma corrida desenfreada pelas perdas decorrentes do intercambio desigual.

Na tentativa de contribuir com o debate – problematizaremos esses mecanismos encontrados pela periferia do sistema para manter-se “integrada” à economia mundial. Primamos com isso, pelo resgate de alguns pontos apresentados pela Teoria Marxista da Dependência embasada pelas mãos de Ruy Mauro Marini e do conceito de “*superexploração do trabalho*”. Além da contribuição de outros autores contemporâneos, que irão subsidiar as ideias aqui apresentadas.

## 2. DEPENDÊNCIA E SUPEREXPLORAÇÃO: UMA RELAÇÃO COMBINADA

---

<sup>2</sup> O Consenso de Washington consistiu em um conjunto de trabalhos e resultado de reuniões de economistas do FMI, do BIRD e do Tesouro dos Estados Unidos realizadas em Washington no início dos anos de 1990. Dessas reuniões sugeriram recomendações por parte dos países desenvolvidos para que os demais, especialmente os em desenvolvimento. Tratava-se da adoção de políticas de abertura dos mercados por parte desses países, e de um Estado Mínimo, ou seja, um Estado com mínimo de atribuições, um incentivo a privatização de atividades produtivas, com fins a eliminação de despesas, o que sanaria os problemas de ordem fiscal (SANDRONI, 2008).

Historicamente o incentivo a modernização nos países dependentes surgiu com o objetivo de diminuir o grande abismo em relação aos países centros<sup>3</sup> tornando estas nações autônomas em seu desenvolvimento. Como pudemos delinear ao longo desta pequena introdução, isso não se efetivou.

Marini (1973, p. 126) ao descrever a constituição da economia mundial não somente expõe a funcionalidade exercida pelos países latino-americanos à acumulação capitalista como nos aponta formas de superexploração do trabalho pertinentes ao atual momento de desenvolvimento do capitalismo e a acumulação na periferia, que seriam: o aumento da intensidade do trabalho, o aumento da jornada de trabalho e a apropriação por parte do capitalista do salário do trabalhador, o que na concepção de Osório (2009, p.175) este é transformado em fundo de acumulação.

Uma particularidade se faz importante enfatizar pelos próprios escritos de Marini (1973, p.126-27):

[...] que, en los tres mecanismos considerados, la característica esencial está dada por el hecho de que al trabajador se le niegan las condiciones necesarias para reponer el desgaste de su fuerza de trabajo: en los dos primeros casos, porque se le obliga a un dispendio de fuerza de trabajo superior al que debería proporcionar normalmente, provocándose así su agotamiento prematuro; en el último, porque se le retira incluso la posibilidad de consumir lo estrictamente indispensable para conservar su fuerza de trabajo en estado normal. En términos capitalistas, estos mecanismos (que además se pueden dar, y normalmente se dan, en forma combinada) significan que el trabajo se remunera por debajo de su valor, y corresponden, pues, a una superexplotación del trabajo.

Esta forma operada no âmbito da produção nacional está fortemente vinculada ao aumento da força produtiva do trabalho e a economia mundial. Explica Marini (1973, p. 121) que teoricamente a troca de mercadorias exprime uma troca de equivalentes, cujo valor é determinado pelo *quantum* de trabalho que socialmente é requerido na produção. No entanto, há certas condições que se desvelam nesse processo e, que contradizem esta imagem enquanto simples “troca de equivalentes”.

Na verdade os países dependentes sofrem “desfalque” – no âmbito da circulação – mediante a apropriação de parte da mais valia produzida internamente, por outras empresas, ramos de produção ou até mesmo, de outras regiões do globo. Isto ocorre principalmente porque o crescimento da produtividade decorre do incremento tecnológico de terceiros. Não podendo compensar essa perda – na base da própria “circulação” – os países

<sup>3</sup> Denominação utilizada pela Comissão Econômica para América Latina CEPAL em 1950.



dependentes recorrem à superexploração da força de trabalho, aqui entendida como violação do valor da força de trabalho, o que não implica maior exploração (OSÓRIO, 2009, p.174). Dessa forma, a maneira encontrada por estes países para reproduzir a lógica de acumulação no ambiente interno, é a ampliação da produção de excedente através da superexploração da força de trabalho.

Em meio à “*globalização atual*” os países desenvolvidos se voltam a intensificarem o aparato produtivo por meio da constante revolução das forças produtivas, injetando em suas economias tecnologia, o que significa alteração da composição orgânica do capital, que se traduz efetivamente na produção de mercadorias de alto valor agregado. Em contrapartida os países dependentes, se integram a ordem mundial em circunstâncias adversas, posto que esta integração ocorra mediante a oferta de elementos necessários e determinados pelo centro – forma de inserção redefinida em cada momento histórico. “Ao se integrarem no mercado mundial a partir de grandes desníveis tecnológicos, sofrem, inversamente, descapitalização, e não podem responder da mesma forma, recorrendo à superexploração do trabalho” (MARTINS, 2009, p. 204). Elevando o nível de abstração para as estruturas de produção capitalistas nacionais e regionais, o autor ainda acrescenta: “[...] podemos concluir que a dependência é a condição do atraso interestatal e inter-regional que determina a correlação entre apropriação e a produção de mais-valia que fundamenta a superexploração” (2010, p. 205).

O próprio Marini ao apresentar o desenvolvimento capitalista, em diversas fases, explicita que há uma redefinição na inserção dos países periféricos em cada momento e, que se relacionam a superexploração do trabalho, períodos como: à economia exportadora; à industrialização substitutiva de importações da crise do entre-guerras; à industrialização sob a égide do investimento direto no pós-guerra; e aos impactos da globalização sobre a acumulação de capital nos países dependentes (MARTINS, 1999).

Aparentemente poder-se-ia supor que determinadas formas de exploração seria própria de formas de acumulação pretéritas, caracterizadas pelo baixo desenvolvimento tecnológico. No entanto, o que hoje ocorre, é uma mistura do novo e do velho, como atuando em conjunto, produzindo economias nacionais com menor ou maior incidência destas formas. Neste sentido apresentado pelos autores marxistas, a superexploração do trabalho se apresenta vinculada ao aumento da força produtiva do trabalho.

A nova dinâmica da economia mundial tem feito os países latino-americanos intensificarem sua funcionalidade a acumulação capitalista. Com base nas argumentações de Marini (1973), foi possível considerar quão grande é a importância de inserção destes





países na economia mundial e que suas participações não se resumem mais a mera produção de alimentos, mais se complexifica no estabelecimento de bases propícias a aplicação da lei do valor, já que desde a constituição de um mercado mundial de mercadorias, a expressão concreta destas relações tem se dado pelo intercâmbio desigual. Por isso considerarmos aqui, dependência como sendo,

[...] una relación de subordinación entre naciones formalmente independientes, em cuyo marco las relaciones de producción de las naciones subordinadas son modificadas o recreadas para asegurar la reproducción ampliada de la dependencia” (MARINI, 1973, p.111).

Ver-se com o exposto a validade e relevância da Teoria Marxista da Dependência, enquanto norte teórico de alto valor interpretativo, que tem nos possibilitado a apreensão dos determinantes, econômico-políticos que ora nos apresentam. Ela desponta em sua relevância no momento em que a acumulação avança em escala planetária. Principalmente quando desvela os processos de superexploração da força de trabalho na América Latina, intensificados desde o século XX.

## **CONCLUSÃO: O DESFECHO DE ALGUNS QUESTIONAMENTOS**

Ao revisarmos, mesmo que de forma limitada, o conceito de “superexploração do trabalho” embasado pela teoria marxista da dependência, objetivou-se trazer para o debate o caráter que assume a superexploração do trabalho nos países latino-americanos. Característica que hoje se expande as “periferias” dos chamados centros, se considerado o caráter precário dos mercados de trabalho internacionais. Ao mesmo tempo, nos põe a problematizarmos este tema no espaço nacional.

Não se trata aqui de valorizar o externo em nossas análises, mas de desvelar relações externas que determinam as movimentações do capital no interior dos países dependentes, no atual contexto de crise capitalista. Que inclusive, afetam diretamente a própria estruturação dos mercados de trabalho internos, as formas de gestão da força de trabalho; dentre outras coisas. Estes são fortes determinantes da locomotiva de acumulação interna, e garantia da acumulação externa.

Não é fato desconhecido que a abertura das fronteiras nacionais ao grande capital, fortemente intensificada a partir de 1990 tem depreciado e mesmo frustrado, o sonho de

autonomia nacional e da criação de um padrão socialmente equilibrado. Aliás, a lógica apresentada pelos autores não vê essa possibilidade no âmbito do sistema capitalista. Não se trata de se popularizar o discurso de estagnação das economias dependentes. O fato é que a inserção destes países na economia mundial, mediante a superexploração do trabalho, ao mesmo tempo em que propicia a continuidade da inserção regressiva, permite a crescente apropriação pelos países desenvolvidos, das suas mais valias geradas internamente, caracterizando a dependência com sendo de ordem estrutural.

Neste sentido, a nova divisão internacional do trabalho - empreendida pelo grande capital tem redesenhado as formas de inserção da América Latina no mercado mundial, as quais têm “a emergência das chamadas empresas globais, como etapa mais avançada da transnacionalização empresarial [...]” (MARTINS, 2009, p. 212). Estas atuando de forma significativa, como ponto chave nesse processo de globalização da superexploração.

Esta lógica apresentada pode ser apreendida e relacionada ao caso brasileiro. Cita Filgueiras e Gonçalves (2007, p. 85) que “[...] apesar da melhora na eficiência técnica da indústria, com o aumento da produtividade do trabalho em todos os setores e redução dos custos unitários, não houve, necessariamente, ganhos estruturais de competitividade internacional”.

Na verdade o Brasil continua possuindo vantagens comparativas em setores tradicionais, cuja produção é intensiva em recursos naturais. Ademais se considera o fato de que a *expansão da monocultura* e da agricultura extensiva tem intensificado um processo retrógrado de inserção externa de nosso país, sob o que se convencionou chamar de “reprimarização” e, da dependência da produção agrícola brasileira ao mercado internacional (THOMAZ JR, 2009). Não é atoa que a produção de soja no Brasil tem forte e expressivo valor na pauta de exportações do país.

Essas características resumem a particularidade sob a qual o capitalismo vem desenvolvendo-se no solo Brasileiro. Estamos diante de uma divisão social do trabalho, em que coube aos países desenvolvidos absorverem em maior escala o trabalho melhor qualificado. Aos periféricos, coube dar continuidade a inserção subordinada, por meio da oferta barata mão-de-obra e recursos naturais.

A atualidade da obra de Ruy Marini, tem se expressado particularmente ao conferir validade à aplicação da lei do valor, profundamente atualizada pelo mecanismo de supexploração do trabalho. Principalmente porque esse mecanismo casa perfeitamente com os postulados do Consenso de Washington que trouxe como carro chefe as teses de “flexibilização do trabalho”. É perfeitamente claro pra nós que: desregulamentação,

flexibilização, terceirização, são expressões de uma lógica societária, cujos abusos proferidos pelo capital, com sua forte mobilidade pelo globo, têm relegado a força humana de trabalho a peça imprescindível à reprodução deste no capitalismo contemporâneo.

Trata-se, com efeito de uma nova ofensiva do capital sobre o trabalho, que ao reeditar a todo o instante, formas de exploração do trabalho, possibilita não somente a ampliação da extração de mais valor, como o desrespeito ao valor da força de trabalho, quando a remuneração se dá abaixo do seu valor, que reproduz a todo instante, relações de dependência. Cotidianamente, as relações entre os países dependentes e desenvolvidos, mediadas pela superexploração, se expandem pelas partes do mundo “globalizado” para administrar situações de crise do capital, o que acarreta mais destruição e precarização. Isto porque a América Latina integra-se a chamada “mundialização” com base na destruição do “social”.

## REFERÊNCIAS

FILGUEIRAS, L.; GONÇALVES, R. **A Economia Política do Governo Lula**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

GUERRA, ELIANA, C.; SILVA, F. de S. B; AGUIAR, N. de S. As expressões da subordinação do campo à acumulação capitalista: reflexões sobre a particularidade brasileira. **Revista Temporalis**, (Brasília), v. 10, p. 01-0, 2010.

MARINI, Ruy Mauro. Dialéctica de la dependencia (1973). En publicación: **América Latina, dependencia y globalización**. Fundamentos conceptuales Ruy Mauro Marini. Antología y presentación Carlos Eduardo Martins. Bogotá: Siglo del Hombre - CLACSO, 2008. ISBN 978-958-665-109-7. Disponible en :  
<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/secret/critico/marini/04dialectica2.pdf>

MARTINS, C.E. A superexploração do trabalho e a economia política da dependência. In: Martins, C. E; VALENCIA, A. S. (Org.) **A América Latina e os desafios da globalização: ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini**. Rio de Janeiro: Ed: PUC-Rio; São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

\_\_\_\_\_. **A superexploração e os novos padrões de reprodução da força de trabalho na américa latina**. 1999. Disponível em:  
[www.sep.org.br/artigo/4\\_congresso\\_old/ivcongresso77.pdf](http://www.sep.org.br/artigo/4_congresso_old/ivcongresso77.pdf). Acesso em 22.4.2011.

MARX, K. A lei geral da acumulação capitalista. In: \_\_\_\_\_. **O Capital**. Livro I. Vol.2. 23ª ed. Rio de Janeiro: Civilização econômica, 2009.





MOTA, Ana Elizabete. Redução da pobreza e aumento da desigualdade: um desafio teórico-político ao serviço social brasileiro. In: \_\_\_\_\_; (Org.). **As ideologias da contrarreforma e o serviço social**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2010, p.13-34.

OSÓRIO, J. Dependência e superexploração. In: Martins, C. E; VALENCIA, A. S. (Org.) **A América Latina e os desafios da globalização**: ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini. Rio de Janeiro: Ed: PUC-Rio; São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

SANDRONI, Paulo. Dicionário economia do século XXI. São Paulo: Record, 2008.

SAMPAIO JÚNIOR, Plínio de Arruda. **Globalização e reversão neocolonial: o impasse brasileiro**. *En publicación: Filosofía y teorías políticas entre la crítica y la utopía*. Hoyos Vásquez, Guillermo. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. 2007. ISBN: 978-987-1183-75-3. Disponible en: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/hoyos/11Sampaio.pdf>

\_\_\_\_\_. Capitalismo do século XXI: crise e barbárie. In: BEOZZO, José Oscar; VOLANIN, Cremildo José (Orgs). **Alternativas à crise**: por uma economia social e ecologicamente responsável. São Paulo: Cortez, 2009.